



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública nas vias Rua Sebastião Alves Assunção e Rua Antônio Teodoro da Silva, bem como para a modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme Projeto Básico. Cadastro de Propostas a partir do dia: **15/05/2026 às 08h00min.** Abertura da Sessão: **25/05/2026 às 11h00min - LOCAL:** LICITANET -Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).** **MENOR PREÇO GLOBAL no valor estimado de R\$ 123.863,33 (cento e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), conforme do Art. 75, inciso I nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021,** quaisquer informações, a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, sito à Rua Dr. Calil Porto, 380 – Centro – CEP 38.540-000. Abadia dos Dourados/MG, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 12h:00min. às 17h:30min, para maiores informações. E-mail: licitacao@abadiadosdourados.mg.gov.br . Fone: (34) 3847-1663.

Abadia dos Dourados-MG, 14 de maio de 2026.

William Dorneles Resende
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026.

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026.

A Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, vem por intermédio do Agente Contratação designado pela portaria n. 01/2026, de 05 de janeiro de 2.026 e Decreto Municipal n. 10.892 de 28 de Dezembro de 2.023, tornar público para conhecimento dos interessados que fará realizar **DISPENSA DE LICITAÇÃO, na sua forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do Art. 75, inciso I**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares estabelecidas neste ato convocatório, cujas propostas deverão ser entregues nos termos estipulados neste edital e seus anexos.

1 - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública nas vias Rua Sebastião Alves Assunção e Rua Antônio Teodoro da Silva, bem como para a modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme Projeto Básico.

1.2. Compõem e integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) **ANEXO I: Projeto Básico**
- b) **ANEXO II: Minuta do Contrato**

1.3. LOCAL, DATA E HORA DE CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: **15/05/2026**
- ABERTURA DA SESSÃO DIA: **25/05/2026 às 11h00min**
- ENCERRAMENTO DA DISPUTA: **25/05/2026 às 17h00min**
- Local: No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1.4. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condição de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. A partir do horário previsto neste **Edital**, a sessão pública na Internet será aberta automaticamente na data e horário previstos neste edital.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a), designado **Agente de Contratação**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

2.3 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **LICITANET** e as especificações técnicas constantes deste Edital, **prevalecerão as constantes do Edital.**

2.3.1 - **VALOR ESTIMADO: R\$ 123.863,33 (cento e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).**

“Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados, são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade do Agente de contratação ou à Comissão de Licitação”.

3 – CREDENCIAMENTO

3.1 – Para participar da Dispensa Eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico utilizado pelo município, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa na forma eletrônica;

3.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), exigidos no edital, **PROPOSTA** com a “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**”, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO, MARCA/MODELO** (se for o caso), até o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, **e, ainda, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:**

4.2 – As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.3 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, **esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação;**

4.4 – A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

inseridos em sessão pública;

4.5 – O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

4.6 – Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta dispensa;

4.7 – O envio da **proposta**, exigida neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.8 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 33, § 1º da LC nº 123 de 2006;

4.9 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir **a proposta** anteriormente inseridos no sistema;

4.10 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

4.11 – Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.12 - Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o edital.

4.13 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.13.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.13.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.13.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.13.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.13.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.13.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5 - ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 **A partir das 12:00h** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 100,00 (cem reais).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6 - JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contra proposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do Agente de Contratação.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

07 - DA HABILITAÇÃO

07.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

07.1.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constante abaixo, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.1.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

7.1.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação em CHAT, sob pena de inabilitação;

7.1.4 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

7.1.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

salvo aqueles legalmente permitidos;

7.1.6 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.7 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8- OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou; **b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.

e) Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

g) Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

h) Documento de Identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** - O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1933, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.3.1 – Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial; expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor; O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;

8.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.4.1 Comprovação de aptidão da empresa licitante para execução de serviço operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidão ou atestado, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.1.4.2 Certidão de Registro e Quitação da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA e/ou CAU, em plena validade.

8.1.4.3 Certidão de Registro e Quitação do profissional indicado pela empresa no CREA e/ou CREA, em plena validade.

8.1.4.4 Apresentação da certidão de acervo técnico – CAT do profissional indicado pela empresa para fazer prova da capacidade profissional em condições compatíveis com o objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

licitado, com base nas atividades desenvolvidas e registradas na anotação de responsabilidade técnica – ART.

8.1.4.5 A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

11 DO PAGAMENTO E VIGÊNCIA

11.1 As regras, condições de pagamento, vigência do contrato e demais procedimentos correlatos estão estabelecidos no Termo de Referência.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, para fins do inciso X do artigo 155 da Lei 14.133/21 entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,

conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.333, de 2021).

12.13. O Contratante deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos Anexos a este Aviso.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada no sistema eletrônico uma Ata da sessão pública da Dispensa.

13.2 Caso não haja expediente ou ocorra um fato que impeça a realização do certame na data estipulada, a sessão será automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

13.3 Todos os prazos mencionados no Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília – DF.

13.4 A assinatura de documentos pode ser realizada por meio de certificado digital.

13.5 As normas que regulamentam o procedimento licitatório serão interpretadas de forma a ampliar a competição entre os interessados, desde que isso não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes devem estar cientes das condições de participação no certame e devem assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

13.7 O não cumprimento de exigências formais não essenciais não resultará na exclusão do licitante, desde que o ato possa ser aproveitado, observando os princípios de isonomia e interesse público.

13.8 Em caso de conflito entre as disposições deste Edital e seus anexos ou outras partes do processo, prevalecerão as do Edital.

13.9 O Edital completo está disponível no endereço eletrônico: www.abadiadosdourados.mg.gov.br, www.licitanet.com.br, e pode ser lido ou obtido no endereço Rua Dr. Calil Porto, nº 380 – Bairro Centro – Abadia dos Dourados/MG., CEP: 38.540-000, nos dias úteis, das 12 horas às 17 horas.

13.10 Os licitantes são responsáveis pela autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do procedimento. A falsificação de documentos ou informações resultará na desclassificação imediata ou na inabilitação do licitante, além de possíveis sanções administrativas, civis e penais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

13.11 O Agente de Contratação pode solicitar assessoria técnica de órgãos ou profissionais especializados para análise da documentação e julgamento das Propostas Comerciais.

13.12 O Agente de Contratação pode, por interesse da Administração, adotar medidas saneadoras durante o certame, corrigindo omissões e erros formais, desde que não contrariem a legislação vigente. Também pode realizar diligências junto aos licitantes para esclarecer questões do processo, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

13.13 A participação na licitação pressupõe o conhecimento integral das condições deste Edital, bem como das normas legais aplicáveis.

13.14 O Município de Abadia dos Dourados/MG pode revogar total ou parcialmente a licitação por razões de interesse público ou anulá-la devido à ilegalidade, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema.

13.15 Para atender aos seus interesses, o Município de Abadia dos Dourados/MG pode, a qualquer momento, alterar os quantitativos sem afetar os preços unitários ofertados, respeitando os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

13.16 O Município de Abadia dos Dourados/MG pode prorrogar, por conveniência exclusiva, os prazos para o recebimento e abertura das propostas.

Abadia dos Dourados-MG, 14 de maio de 2.026

Prefeito Municipal de Abadia dos Dourados/MG

Fernando Pereira Borges
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

ANEXO I – Projeto Básico

PROJETO BÁSICO

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública nas vias Rua Sebastião Alves Assunção e Rua Antônio Teodoro da Silva, bem como para a modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme projetos técnicos, planilhas orçamentárias e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO				
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
001	Serviço (SE)	01	Execução de serviço de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à implantação de postes, lançamento de rede elétrica, instalação de luminárias de iluminação pública, conexões, sistema de aterramento e demais componentes, incluindo montagem, testes e energização, a ser realizado na Rua Sebastião Alves Assunção, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme projeto e planilha orçamentária.	16.564,34
002	Serviço (SE)	01	Execução de serviço de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à implantação de postes, lançamento de rede elétrica, instalação de sistema de iluminação pública, conexões, estruturas de sustentação, aterramento e demais componentes, incluindo montagem, testes e energização, a ser realizado na Rua Antônio Teodoro da Silva, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme projeto e planilha orçamentária.	29.647,40
003	Serviço (SE)	01	Execução de serviço de modificação de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à implantação de estrutura de rede elétrica em média e baixa tensão, incluindo instalação de poste, lançamento e adequação de cabos, instalação de dispositivos de proteção, aterramento, conexões e demais componentes, bem como a instalação de 01 (um) transformador monofásico de 37,5 kVA, incluindo montagem, testes e energização, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção na Rua D, no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme	77.641,59



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

			projeto e planilha orçamentária.	
			VALOR TOTAL GERAL= 123.853,33	

Observação: Os itens integram lote único, devendo ser executados de forma conjunta e integrada, considerando sua natureza técnica e interdependência, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Os serviços a serem contratados tratam-se segundo o engenheiro responsável pelos projetos, de obra de engenharia, pois é definida como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº14. 133/2021.

A contratação terá início na data da assinatura do contrato e terá vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, conforme preceitua a Lei 14.133/21, de modo a não ultrapassar o valor limite da dispensa.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O município de Abadia dos Dourados/MG, assim como diversos municípios de pequeno porte do interior brasileiro, enfrenta desafios estruturais relacionados à expansão ordenada da infraestrutura urbana e à garantia de serviços públicos essenciais com qualidade e continuidade. O crescimento urbano, ainda que gradual, aliado à ocupação de novas áreas e à necessidade de implantação de equipamentos públicos estratégicos, evidencia a importância de investimentos em redes de energia elétrica adequadas, seguras e compatíveis com as demandas atuais da população.

Nesse contexto, observa-se que determinadas vias públicas do município ainda carecem de infraestrutura básica de energia elétrica, especialmente no que se refere à extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), instalação de postes e implantação de iluminação pública. Tal realidade impacta diretamente o cotidiano da população residente nessas localidades, limitando a mobilidade urbana no período noturno, comprometendo a segurança pública e restringindo o pleno uso dos espaços urbanos. A ausência ou insuficiência de iluminação pública contribui para o aumento da sensação de insegurança, dificultando a circulação de pedestres e veículos, além de prejudicar atividades econômicas e sociais que dependem de condições adequadas de visibilidade e segurança.

Paralelamente, no Distrito de Capão da Cruz, verifica-se a implantação de importante equipamento público voltado à saúde, consistente na construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), cuja finalidade é ampliar o acesso da população aos serviços de atenção primária. Entretanto, para que tal estrutura cumpra efetivamente sua função social, é imprescindível que esteja integrada a uma infraestrutura elétrica adequada, capaz de suportar a demanda operacional da unidade, incluindo o funcionamento contínuo de equipamentos médicos, sistemas de climatização, armazenamento de insumos sensíveis, iluminação interna e externa, bem como demais recursos indispensáveis à prestação de serviços de saúde com qualidade, segurança e eficiência.

A insuficiência ou inadequação da rede elétrica no local pode acarretar riscos significativos, como interrupções no fornecimento de energia, instabilidade no funcionamento de equipamentos, perdas de insumos e comprometimento direto do atendimento à população. Tal situação contraria os princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, além de impactar negativamente o direito fundamental à saúde, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Ademais, a necessidade de planejamento e execução de soluções adequadas encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública a promover contratações que atendam de forma eficaz às demandas coletivas, com foco na economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a ampliação da rede de distribuição urbana, com a instalação de postes e iluminação pública, bem como a melhoria da infraestrutura elétrica no entorno da UBS em construção, configuram medidas essenciais para a promoção do bem-estar social, da segurança coletiva e da dignidade da população. Trata-se de intervenções que não apenas suprem carências estruturais existentes, mas também preparam o município para um crescimento mais organizado, garantindo que os serviços públicos acompanhem a evolução das necessidades locais.

Os impactos positivos decorrentes dessas melhorias são amplos e abrangentes. No âmbito da segurança pública, a adequada iluminação das vias contribui significativamente para a redução de ocorrências criminosas e acidentes, além de aumentar a sensação de segurança da população. No campo da mobilidade urbana, possibilita-se o uso seguro das vias durante o período noturno, favorecendo o deslocamento de trabalhadores, estudantes e demais cidadãos. Sob o aspecto econômico, a valorização das áreas atendidas tende a estimular investimentos e o desenvolvimento local.

No que se refere à área da saúde, a disponibilização de uma rede elétrica eficiente e estável é condição indispensável para o pleno funcionamento da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Capão da Cruz, garantindo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

atendimento contínuo, seguro e de qualidade à população. Isso reflete diretamente na melhoria dos indicadores de saúde pública, na ampliação do acesso aos serviços e na redução de riscos associados à interrupção ou precariedade no fornecimento de energia.

Além disso, tais intervenções contribuem para a racionalização dos gastos públicos a médio e longo prazo, uma vez que a implantação de infraestrutura adequada reduz a necessidade de manutenções corretivas frequentes, minimiza perdas operacionais e evita custos decorrentes de falhas estruturais.

Diante desse cenário, evidencia-se que a adoção de medidas voltadas à expansão e melhoria da rede elétrica municipal atende de forma direta e efetiva ao interesse público, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população e a eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia elétrica voltados à extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública nas vias Rua Sebastião Alves Assunção e Rua Antônio Teodoro da Silva, bem como à modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde (UBS) em construção no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG. A intervenção tem por finalidade assegurar a adequada infraestrutura elétrica urbana, promovendo melhores condições de segurança, mobilidade e utilização dos espaços públicos, além de garantir o pleno funcionamento da unidade de saúde, com fornecimento de energia elétrica estável, segura e compatível com a demanda operacional dos serviços.

A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, em razão do valor, com disputa, na forma eletrônica, com julgamento pelo menor preço global, nos termos do art. 75, inciso I e §3º, combinado com o art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021. O critério de menor preço global abrangerá, de forma integrada e indissociável, o fornecimento de todos os materiais e a execução completa dos serviços, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto. A opção pela contratação integrada assegura responsabilidade técnica única pelo resultado final, reduz riscos de incompatibilidades entre materiais e execução, facilita a fiscalização contratual e contribui para maior eficiência administrativa, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

A solução consiste na execução integrada de serviços de extensão e modificação de rede elétrica em RDU, contemplando:

- Implantação de rede elétrica com instalação de postes;
- Implantação de sistema de iluminação pública com luminárias LED;
- Adequação da rede existente;
- Instalação de transformador de 37,5 kVA;
- Execução de testes, comissionamento e energização.

Todos os serviços deverão ser executados conforme projetos técnicos e planilhas orçamentárias.

A solução contempla, de forma integrada, todas as etapas do ciclo de vida do objeto, conforme diretrizes da legislação vigente, nos seguintes termos:

a) Planejamento e especificação: Foram definidas especificações técnicas claras e objetivas, considerando os padrões exigidos pela concessionária de energia elétrica, o dimensionamento da rede, características dos postes, componentes de iluminação pública, cabos, conexões e especificações do transformador de 37,5 kVA. Tais definições levaram em conta as condições locais, a demanda energética, a segurança operacional e a durabilidade dos materiais.

b) Análise de viabilidade e compatibilidade com o mercado: Verificou-se a existência de empresas especializadas aptas à execução integral dos serviços, tratando-se de solução padronizada, amplamente disponível no mercado, o que assegura viabilidade técnica, econômica e competitividade adequada.

c) Quantificação, orçamentação e projetos técnicos: As definições das unidades de medida para quantificação dos serviços e a delimitação dos preços unitários encontram-se devidamente estabelecidas nas planilhas orçamentárias que integram o processo. Os quantitativos foram obtidos por meio de levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal competente, considerando as reais necessidades dos serviços a serem executados em cada localidade, com base em medições in loco e análise das condições existentes. Serão anexados ao edital os projetos técnicos correspondentes aos serviços a serem executados em cada localidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

d) Contratação e execução dos serviços: A execução será realizada por empresa especializada, abrangendo, de forma integrada, o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários à implantação da rede, instalação de postes, iluminação pública e instalação do transformador, incluindo transporte, montagem e demais encargos.

e) Execução, fiscalização e controle: Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Administração, com verificação da conformidade dos materiais e da execução, observando-se as normas técnicas aplicáveis e os padrões exigidos, garantindo a qualidade e a segurança da solução implementada.

f) Visita técnica: Será facultada às licitantes a realização de visita técnica prévia aos locais de execução dos serviços, com o objetivo de proporcionar o pleno conhecimento das condições locais, acessos, logística e eventuais interferências que possam impactar a execução. A não realização da visita será de responsabilidade exclusiva da licitante, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes.

g) Operação, manutenção e resultados ao longo do ciclo de vida: Após a conclusão, a infraestrutura implantada proporcionará melhoria significativa na iluminação pública, aumento da segurança e mobilidade urbana, além de garantir o fornecimento de energia adequado à Unidade Básica de Saúde. A solução apresenta elevada durabilidade e baixa necessidade de manutenção corretiva, contribuindo para redução de custos futuros e continuidade dos serviços públicos.

3.1 Justificativa para contratação direta por dispensa de licitação em função do valor – Forma Eletrônica, com disputa (Art. 75, inciso I e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Considerando a necessidade de execução de serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública na Rua Sebastião Alves Assunção e na Rua Antônio Teodoro da Silva, no município de Abadia dos Dourados/MG, bem como a modificação da rede elétrica com instalação de transformador de 37,5 kVA destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, evidencia-se a necessidade de adoção de solução administrativa eficiente, compatível com a natureza do objeto, seu valor estimado e o interesse público envolvido.

O objeto caracteriza-se como obra comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de intervenção padronizada, de baixa complexidade técnica relativa e amplamente executada no mercado, cujos métodos, técnicas e materiais são conhecidos e normatizados. Enquadram-se nessa condição os serviços de extensão de rede elétrica, instalação de postes, implantação de iluminação pública e instalação de transformadores, os quais não demandam inovação tecnológica nem soluções técnicas singulares.

Por sua natureza, os serviços são indissociáveis, uma vez que a plena funcionalidade do sistema elétrico depende da integração entre fornecimento de materiais, mão de obra especializada e execução conforme normas técnicas e padrões da concessionária. A contratação por escopo global assegura responsabilidade técnica única, reduz riscos de falhas e incompatibilidades, além de proporcionar maior eficiência na fiscalização e no controle contratual.

Nos termos da legislação vigente, obras e serviços de engenharia, ainda que comuns, não se submetem à modalidade pregão, sendo, em regra, licitados por meio da modalidade concorrência. Contudo, no caso concreto, o valor estimado da contratação encontra-se abaixo do limite estabelecido no art. 75, inciso I, da referida lei, atualmente fixado em R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), o que autoriza a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor.

Assim, embora a modalidade adequada para obras de engenharia seja a concorrência, sua realização mostra-se desnecessária e desproporcional no presente caso, uma vez que a legislação expressamente permite a dispensa em razão do valor, evitando custos operacionais mais elevados e maior morosidade processual, sem prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa. Nos termos do §3º do art. 75, a Administração opta pela realização de dispensa de licitação com disputa na forma eletrônica, como medida de boa governança, transparência e ampliação da competitividade. A adoção do meio eletrônico assegura ampla publicidade, isonomia entre os interessados, rastreabilidade dos atos e fortalecimento dos mecanismos de controle, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A utilização do Sistema de Registro de Preços não se mostra adequada, tendo em vista que o objeto possui caráter específico, localizado e não continuado, não se destinando a contratações futuras ou repetitivas, o que afasta a aplicação desse sistema.

As propostas e documentos de habilitação serão apresentados em ambiente eletrônico previamente definido, dentro de prazo estabelecido, garantindo igualdade de condições e registro formal de todos os atos. O julgamento será realizado pelo critério de menor preço global, contemplando todos os custos necessários à execução integral dos serviços, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais encargos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Ressalta-se que, em razão da dispensa por valor, não haverá sessão pública nos moldes das modalidades tradicionais, sendo suficiente o processamento eletrônico dos atos devidamente registrados, motivados e instruídos. A contratação será formalizada somente após a verificação da regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e conformidade da proposta com as especificações técnicas estabelecidas.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a contratação direta, com disputa eletrônica, para execução dos serviços de extensão de rede em RDU com instalação de postes e iluminação pública, bem como a modificação da rede elétrica com instalação de transformador para atendimento da Unidade Básica de Saúde, com fundamento no art. 75, inciso I e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de solução legal, eficiente e alinhada ao interesse público.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos a serem observados na execução dos serviços

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os requisitos técnicos, operacionais e normativos a seguir estabelecidos, de modo a garantir a qualidade, segurança e adequada funcionalidade da infraestrutura implantada:

a) Execução conforme projetos e documentos técnicos: Os serviços deverão ser executados integralmente em conformidade com os projetos técnicos, planilhas orçamentárias e demais documentos aprovados pela Administração, observando fielmente as diretrizes estabelecidas para a implantação da rede de distribuição urbana, iluminação pública e instalação do transformador.

b) Observância das normas técnicas: Todos os serviços deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas da concessionária de energia elétrica e demais legislações aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança, qualidade e desempenho das instalações elétricas.

c) Materiais e técnicas de execução: A contratada deverá empregar materiais novos, de primeira qualidade, e técnicas compatíveis com a natureza dos serviços, incluindo implantação de postes, lançamento de cabos, instalação de luminárias, dispositivos de proteção, aterramento e montagem do transformador, assegurando estabilidade, funcionalidade e vida útil do sistema.

d) Fornecimento integral: Caberá à contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, maquinário e mão de obra qualificada necessários à completa execução do objeto.

e) Responsabilidade técnica: A execução deverá ocorrer sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com registro no CREA e emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), abrangendo todas as etapas do serviço.

f) Compatibilidade e continuidade do sistema elétrico: As intervenções deverão ser realizadas de forma compatível com a rede elétrica existente, assegurando a correta integração dos novos elementos e evitando interrupções indevidas no fornecimento de energia.

g) Segurança do trabalho: Deverão ser observadas todas as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, com utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs), garantindo a segurança dos trabalhadores e de terceiros.

h) Sinalização e organização do local: Os locais de execução deverão ser devidamente sinalizados e organizados, de modo a minimizar riscos à população e interferências no tráfego e no uso das vias públicas.

i) Responsabilidade ambiental: Os resíduos gerados deverão ser adequadamente segregados, transportados e destinados, conforme a legislação ambiental vigente, evitando impactos ao meio ambiente e ao entorno.

j) Qualidade dos serviços: A contratada deverá assegurar elevado padrão de qualidade na execução, observando as especificações técnicas e garantindo o adequado funcionamento do sistema elétrico implantado.

k) Preservação do entorno: A empresa deverá zelar pela integridade das vias públicas, áreas adjacentes e infraestrutura existente, responsabilizando-se por eventuais danos causados durante a execução dos serviços.

l) Fiscalização e acompanhamento: A contratada deverá permitir acesso irrestrito à equipe de fiscalização designada pela Administração, prestando todas as informações solicitadas e atendendo às determinações emitidas.

n) Testes, comissionamento e energização: Ao final da execução, deverão ser realizados testes, comissionamento e energização do sistema, garantindo seu pleno funcionamento conforme os parâmetros técnicos exigidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

o) Limpeza e recomposição: A contratada deverá promover a limpeza dos locais e a recomposição das áreas eventualmente afetadas, restabelecendo as condições originais ou equivalentes.

p) Garantia dos serviços: A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de falhas ou defeitos identificados após a entrega.

q) Proteção de dados pessoais (LGPD): A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), comprometendo-se a tratar apenas os dados necessários à execução contratual, assegurando sua confidencialidade e segurança, bem como responsabilizando-se por eventuais incidentes.

4.2 Justificativa para a Exigência de Documentos de Qualificação Técnica para a Licitante vencedora

A exigência dos documentos de qualificação técnica estabelecidos no presente instrumento fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica, operacional e profissional compatível com a complexidade e as especificidades do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e aos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse público.

O objeto da contratação consiste na execução de serviços de engenharia elétrica em Rede de Distribuição Urbana (RDU), incluindo extensão de rede, implantação de iluminação pública e modificação da rede com instalação de transformador, atividades que demandam conhecimento técnico especializado, responsabilidade profissional habilitada e estrita observância às normas técnicas e aos padrões da concessionária de energia elétrica.

Nesse contexto, justificam-se as seguintes exigências:

a) Certidão de Registro e Quitação da empresa no CREA e/ou CAU: A exigência de comprovação de registro da empresa no Conselho profissional competente visa garantir que a licitante esteja regularmente habilitada para o exercício de atividades técnicas de engenharia, nos termos da legislação vigente. Tal exigência assegura que a empresa esteja submetida à fiscalização profissional, conferindo maior confiabilidade quanto à sua capacidade de executar serviços técnicos especializados.

b) Certidão de Registro e Quitação do profissional responsável técnico: A exigência de registro do profissional indicado como responsável técnico no CREA e/ou CAU é imprescindível para assegurar que a execução dos serviços será acompanhada por profissional legalmente habilitado, com competência técnica para assumir a responsabilidade pelas atividades desenvolvidas, conforme exigido pelas normas que regem o exercício da engenharia.

c) Certidão de Acervo Técnico (CAT): A apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT), vinculada à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), tem por finalidade comprovar a experiência prévia do profissional em serviços compatíveis com o objeto da contratação. Tal exigência é essencial para garantir que o responsável técnico possua histórico comprovado na execução de atividades semelhantes, reduzindo riscos de falhas técnicas, retrabalho e execução inadequada.

d) Comprovação de vínculo do profissional com a licitante: A exigência de comprovação de vínculo entre o profissional e a empresa licitante visa assegurar a efetiva disponibilidade do responsável técnico para a execução do objeto. A possibilidade de comprovação por meio de vínculo empregatício, societário, contratual ou declaração de contratação futura, acompanhada de anuência do profissional, encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, garantindo equilíbrio entre segurança técnica e competitividade.

e) Participação do profissional indicado na execução contratual: A exigência de participação do profissional indicado na execução dos serviços tem por objetivo assegurar a correspondência entre a qualificação técnica apresentada na fase de habilitação e a efetiva execução contratual, garantindo que a expertise comprovada seja efetivamente aplicada na obra. A possibilidade de substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração, preserva a continuidade do serviço sem prejuízo da qualidade técnica.

f) Comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa: A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado visa comprovar que a empresa já executou serviços compatíveis com o objeto da contratação, em termos de natureza, complexidade e porte. Tal requisito é fundamental para assegurar que a licitante possui estrutura operacional, experiência prática e capacidade de gestão adequadas à execução do contrato.

4.3 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

4.4 Indicação de marcas ou modelos

Não haverá indicação de marcas ou modelos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

4.5 Da exigência de amostra

Não será exigida amostra.

4.6 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

4.7 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7.1 Justificativa para a Vedação à Subcontratação do Objeto

O objeto consiste na execução de serviços de engenharia elétrica em Rede de Distribuição Urbana (RDU), incluindo extensão de rede, implantação de iluminação pública e modificação da rede com instalação de transformador, atividades que demandam padronização técnica, controle rigoroso de qualidade e responsabilidade técnica unificada, especialmente em razão da necessidade de integração com a rede elétrica existente e observância dos padrões da concessionária de energia elétrica.

A execução direta pela empresa contratada assegura maior controle por parte da Administração quanto à qualidade dos serviços prestados, à qualificação da equipe técnica envolvida e ao cumprimento das normas técnicas aplicáveis, reduzindo riscos de falhas de execução, incompatibilidades técnicas e descontinuidade dos serviços.

A eventual subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade das responsabilidades, dificultar a fiscalização contratual e fragilizar o controle sobre a execução, sobretudo em serviços que envolvem intervenções em infraestrutura elétrica ativa, com potenciais riscos à segurança de trabalhadores, usuários e ao funcionamento do sistema. Ademais, considerando a natureza do objeto — classificado como obra comum de engenharia, de baixa a média complexidade — e a existência de empresas no mercado com plena capacidade de executar integralmente os serviços, não se justifica a necessidade de subcontratação para viabilização da execução contratual.

A vedação à subcontratação contribui, portanto, para:

- garantir a responsabilidade técnica integral da contratada pela execução do objeto;
- assegurar maior controle, fiscalização e padronização dos serviços;
- reduzir riscos de falhas, retrabalhos e inconformidades técnicas;
- evitar fragmentação de responsabilidades e dificuldades na aplicação de sanções;
- preservar a segurança operacional das intervenções na rede elétrica;
- atender aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Diante do exposto, mostra-se técnica e juridicamente adequada a vedação à subcontratação do objeto, como medida de proteção ao interesse público e de garantia da correta execução dos serviços contratados.

4.8 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

4.9.1 Justificativa para a realização de Vistoria Prévia do local de execução dos serviços

A exigência de vistoria prévia dos locais destinados à execução dos serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e iluminação pública nas Ruas Sebastião Alves Assunção e Antônio Teodoro da Silva, bem como da modificação da rede elétrica com instalação de transformador para atendimento da Unidade Básica de Saúde no Distrito de Capão da Cruz, no Município de Abadia dos Dourados/MG, fundamenta-se na necessidade de assegurar que as empresas participantes possuam pleno conhecimento das condições reais de execução dos serviços.

A visita técnica tem por finalidade permitir que as licitantes avaliem **in loco** as características específicas de cada localidade, tais como condições do solo para implantação de postes, interferências com redes existentes (energia, telecomunicações e outras infraestruturas), alinhamento viário, presença de obstáculos físicos, acessibilidade, condições de tráfego, logística para transporte de materiais e equipamentos, bem como as particularidades da área onde será realizada a instalação do transformador para atendimento da unidade de saúde. Esses elementos são essenciais para o adequado planejamento da execução, definição de métodos construtivos, dimensionamento de equipes e equipamentos, além da correta composição dos custos, contribuindo para a elaboração de propostas técnicas e financeiras consistentes e compatíveis com a realidade dos serviços.

A exigência de vistoria prévia visa, ainda, mitigar riscos de imprecisões orçamentárias, falhas de planejamento, necessidade de readequações contratuais e eventuais paralisações, assegurando maior previsibilidade na execução e melhor controle por parte da Administração. Ademais, a medida contribui para a observância dos princípios da eficiência, economicidade e isonomia, garantindo que todos os licitantes tenham acesso às mesmas informações relevantes para a formulação de suas propostas, evitando alegações futuras de desconhecimento das condições locais.

Considerando que os serviços envolvem intervenções em vias públicas e integração com a rede elétrica existente, a adequada compreensão das condições dos locais de execução revela-se indispensável para assegurar a execução segura, eficiente e em conformidade com os padrões técnicos exigidos.

4.10 Justificativa para a Vedação à Participação de Consórcios

A vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento licitatório fundamenta-se em critérios de conveniência, oportunidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Após análise da natureza do objeto, que consiste na execução de serviços de engenharia elétrica em rede de distribuição urbana, incluindo extensão de rede, implantação de iluminação pública e instalação de transformador, verifica-se tratar-se de obra comum de engenharia, de baixa a média complexidade técnica, com escopo definido, padrões técnicos consolidados e execução plenamente dominada pelo mercado especializado.

Constata-se, ainda, a existência de número suficiente de empresas, em âmbito local e regional, com capacidade técnica, operacional e estrutura adequada para executar integralmente os serviços, de forma individual, sem necessidade de associação entre pessoas jurídicas.

A participação de consórcios, nesse contexto, não se mostra necessária e pode, inclusive, acarretar maior complexidade na gestão contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades entre consorciadas, fiscalização da execução, controle de obrigações contratuais e eventual aplicação de sanções, o que pode comprometer a eficiência administrativa e a segurança jurídica da contratação.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios:

- não restringe a competitividade, diante da ampla oferta de empresas aptas a executar o objeto de forma individual;
- simplifica a gestão e a fiscalização do contrato;
- assegura maior clareza na responsabilização pela execução dos serviços;
- reduz riscos administrativos, operacionais e jurídicos;
- atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as disposições deste instrumento, os projetos técnicos, as planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo, bem como as normas técnicas aplicáveis, assegurando a adequada implantação da infraestrutura elétrica, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

A solução compreende a execução integrada de serviços de engenharia elétrica em Rede de Distribuição Urbana (RDU), incluindo extensão de rede, implantação de iluminação pública e modificação de rede com instalação de transformador, devendo ser entregue em pleno funcionamento, com todos os testes, comissionamento e energização devidamente concluídos.

5.1 Locais de execução

Os serviços serão executados nos seguintes locais:

I – Rua Sebastião Alves Assunção, situada no Bairro Centro, CEP 38.540-000, no município de Abadia dos Dourados/MG, compreendendo a extensão de rede em RDU com instalação de postes e implantação de iluminação pública;

II – Rua Antônio Teodoro da Silva, situada no Bairro Centro, CEP 38.540-000, no município de Abadia dos Dourados/MG, compreendendo a extensão de rede em RDU com instalação de postes e implantação de iluminação pública;

III – Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, Rua D, CEP 38.540-000 - zona rural do município de Abadia dos Dourados/MG, compreendendo a modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA.

5.2 Regime de execução

A execução do objeto dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global, nos termos da legislação vigente, compreendendo a responsabilidade integral da contratada pela entrega do objeto em condições de pleno funcionamento. A contratação abrange, de forma indissociável, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte, encargos sociais e trabalhistas, bem como a disponibilização de mão de obra qualificada, não sendo admitida a fragmentação de responsabilidades ou a cobrança de valores adicionais não previstos.

5.2.1 Resumo das especificações dos serviços a serem realizados

Os serviços compreendem a execução de infraestrutura elétrica em Rede de Distribuição Urbana (RDU), conforme projetos e planilhas orçamentárias, distribuídos por localidade:

a. Rua Sebastião Alves Assunção (Bairro Centro)

Execução de extensão de rede com implantação de iluminação pública, incluindo:

- Instalação de postes de concreto;
- Lançamento de rede elétrica de baixa tensão;
- Instalação de braços, luminárias LED e relés fotoelétricos;
- Execução de aterramento e conexões;
- Testes, comissionamento e energização.

b. Rua Antônio Teodoro da Silva (Bairro Centro)

Execução de extensão de rede com iluminação pública, compreendendo:

- Implantação de postes e rede elétrica;
- Instalação de estruturas, luminárias LED e relés;
- Execução de aterramento e interligações;
- Testes e energização do sistema.

c. UBS – Distrito de Capão da Cruz (Rua D)

Execução de modificação da rede elétrica, incluindo:

- Adequação da rede existente;
- Instalação de transformador de 37,5 kVA;
- Instalação de dispositivos de proteção e aterramento;
- Conexões, testes, comissionamento e energização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

5.3 Dinâmica de execução e prazos

A execução do objeto observará a seguinte dinâmica:

I – Início dos serviços: A contratada deverá iniciar a execução no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

II – Providências junto à concessionária: A contratada deverá, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, apresentar ao fiscal do contrato o comprovante de protocolo de encaminhamento dos projetos junto à concessionária de energia elétrica, quando aplicável, responsabilizando-se integralmente pelo acompanhamento, atendimento de exigências técnicas e obtenção das aprovações necessárias.

III – Início após aprovação: Após a aprovação dos projetos pela concessionária, quando exigido, a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, não podendo alegar impedimentos injustificados.

IV – Prazo total de execução: O prazo global para execução do objeto será de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, compreendendo todas as etapas necessárias, inclusive mobilização, execução, testes, comissionamento e energização.

V – Organização dos serviços: A execução poderá ocorrer de forma simultânea ou por frentes de trabalho, a critério da Administração, devendo a contratada adotar planejamento adequado para cumprimento dos prazos e otimização dos recursos.

5.4 Condições de execução

A execução dos serviços deverá observar, cumulativamente, as seguintes condições:

I – Conformidade técnica: Execução em estrita conformidade com os projetos, planilhas orçamentárias, normas da ABNT, padrões da concessionária de energia elétrica e demais legislações aplicáveis;

II – Integração com a rede existente: As intervenções deverão garantir a compatibilidade técnica com a rede elétrica existente, assegurando a continuidade do fornecimento de energia e a correta operação do sistema;

III – Qualidade dos materiais e serviços: Emprego de materiais novos, certificados e de primeira qualidade, aliados à utilização de mão de obra qualificada, assegurando durabilidade, segurança e desempenho do sistema;

IV – Segurança do trabalho: Cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs), com adoção de todas as medidas de proteção coletiva e individual, visando à integridade dos trabalhadores e de terceiros;

V – Sinalização e controle operacional: Adoção de medidas de sinalização, isolamento e organização dos locais de execução, garantindo a segurança da população e a adequada circulação nas vias públicas;

VI – Responsabilidade por danos: A contratada responderá integralmente por eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou à infraestrutura existente, devendo promover a imediata reparação;

VII – Responsabilidade ambiental: Gestão adequada dos resíduos gerados, com destinação ambientalmente correta, em conformidade com a legislação vigente;

VIII – Limpeza e recomposição: Obrigação de promover a limpeza dos locais e a recomposição das áreas afetadas, restabelecendo as condições originais ou equivalentes.

5.5 Fiscalização e controle

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, a quem competirá:

- Verificar o cumprimento dos prazos e etapas estabelecidas;
- Atestar a conformidade dos serviços com os projetos e especificações técnicas;
- Avaliar a qualidade dos materiais e da execução;
- Determinar correções e ajustes necessários.

A contratada deverá garantir livre acesso à fiscalização, prestar todas as informações solicitadas e atender prontamente às determinações emitidas.

A contratada deverá substituir, às suas expensas, os materiais recusados ou refazer/corrigir os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

notificação da fiscalização, ou em prazo diverso devidamente justificado e fixado pela Administração, conforme a complexidade da inconformidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6 Responsabilidades da contratada

A contratada será integralmente responsável pela execução do objeto, incluindo:

- Cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Atendimento às exigências técnicas e normativas;
- Obtenção de aprovações junto à concessionária, quando aplicável;
- Garantia da qualidade e funcionamento da solução implantada;
- Correção de falhas ou inconformidades identificadas.

5.7 Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade satisfatória, promovendo sua substituição quando necessário.

5.8 Garantia, manutenção e assistência técnica:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 Recebimento

As condições de recebimento dos serviços contratados são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso I, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

5.10 Contrato

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

5.11 Obrigações da Contratante e Contratado

São obrigações da Contratante:

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de Fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante.
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

São obrigações da Contratada:

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referencia e contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
 - Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pela contratante, os serviços que a juízo da fiscalização tenham sido mal executados;
 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;
- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- A empresa contratada será responsável pelos encargos decorrentes como transporte (deslocamento e trabalho em campo), alimentação, hospedagem, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras eventualmente incidentes, e todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo município, e estas despesas devem ser contempladas na proposta financeira;
- Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço;
- A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, o protocolo de encaminhamento dos projetos junto à concessionária de energia elétrica, quando aplicável;
- A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a aprovação dos projetos pela concessionária, quando exigido;
- A contratada deverá concluir integralmente a execução do objeto no prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço;
- A contratada deverá executar os serviços em conformidade com os projetos técnicos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo, observando rigorosamente as especificações estabelecidas pela Administração;
- A contratada deverá cumprir integralmente as normas técnicas da ABNT, os padrões da concessionária de energia elétrica e demais legislações aplicáveis à execução de serviços em redes de distribuição urbana;
- A contratada deverá providenciar o protocolo, acompanhamento e aprovação dos projetos junto à concessionária de energia elétrica, responsabilizando-se pelo atendimento de todas as exigências técnicas até a liberação para execução e energização;
- A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte e mão de obra necessários à completa execução do objeto, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais;
- A contratada deverá utilizar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com registro no CREA e emissão da respectiva ART;
- A contratada deverá assegurar que toda a mão de obra empregada seja qualificada e capacitada para a execução dos serviços, observando as boas práticas de engenharia;
- A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs), garantindo a integridade física de seus trabalhadores e de terceiros;
- A contratada deverá providenciar a sinalização adequada das áreas de intervenção, garantindo a segurança dos usuários das vias públicas e a organização do tráfego local;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- A contratada deverá executar os serviços de forma a garantir a compatibilidade com a rede elétrica existente, evitando interrupções indevidas no fornecimento de energia;
- A contratada deverá realizar todos os testes, ensaios, comissionamento e demais verificações necessárias ao pleno funcionamento do sistema implantado;
- A contratada deverá assegurar que a energização da rede ocorra em conformidade com as exigências da concessionária e normas técnicas aplicáveis;
- A contratada deverá substituir, às suas expensas, materiais recusados ou refazer serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou outro prazo definido pela fiscalização;
- A contratada deverá manter o local dos serviços limpo e organizado durante toda a execução, promovendo, ao final, a completa limpeza e recomposição das áreas afetadas;
- A contratada deverá promover a correta gestão dos resíduos gerados, garantindo destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente;
- A contratada deverá permitir e facilitar o acesso da fiscalização aos locais de execução, prestando todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às determinações;
- A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no âmbito da execução contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e a Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por esta Portaria ficou designado como gestor de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato Fausto Lelis Ferreira de Sousa, engenheiro civil registrado no CREA sob 337526 /D.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

O Contratante reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Por se tratar de serviço comum, e considerando o valor estimado para contratação, a modalidade de contratação será a dispensa de licitação por valor, na sua forma eletrônica com critério de julgamento do tipo menor preço global, nos termos do inciso I do Art.75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Deverão estar inclusas nas propostas todas as despesas do serviço, mão-de-obra, taxas, transporte, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços estipulados.

7.1 Habilitação

No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- ✓ Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- ✓ Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constante abaixo, serão solicitados do FORNECEDOR MAIS BEM CLASSIFICADO DA FASE DE LANCES.

7.1.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e) Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- g) Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- h) Documento de Identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG.

7.1.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1933, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

7.1.3 Qualificação econômico-financeira:

- **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial;** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor; O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;

7.1.4 Qualificação técnica:

a. Certidão de Registro e Quitação da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA e/ou CAU, em plena validade.

b. Certidão de Registro e Quitação do profissional indicado pela empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA e/ou CAU, em plena validade.

c. Apresentação da certidão de acervo técnico – CAT do profissional indicado pela empresa para fazer prova da capacidade profissional em condições compatíveis com o objeto licitado, com base nas atividades desenvolvidas e registradas na anotação de responsabilidade técnica – ART.

d. A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

e. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

f. Comprovação de aptidão da empresa licitante para execução de serviço operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidão ou atestado, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Considera-se comportamento inidôneo, para fins do inciso X do artigo 155 da Lei 14.133/21 entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o Contratante;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,
- conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do contrato.

9. PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços nos locais indicados, mediante emissão de nota fiscal e atestado de recebimento pela Secretaria competente. O pagamento será realizado pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, mediante depósito bancário em nome da proponente.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total máximo estimado para a presente contratação é de R\$ 123.853,33 (cento e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) correspondendo à soma dos valores constantes nas planilhas orçamentárias elaboradas para cada uma das intervenções previstas, abrangendo os serviços de extensão de rede em RDU nas Ruas Sebastião Alves Assunção e Antônio Teodoro da Silva, bem como a modificação da rede elétrica com instalação de transformador para atendimento da Unidade Básica de Saúde no Distrito de Capão da Cruz, conforme tabela do item 1 deste termo de referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para custear a execução do objeto desta licitação, correrão por conta do crédito orçamentário constante das dotações orçamentárias disponíveis do exercício financeiro em vigor.

Ficha	Fonte	Dotação

12. RESCISÃO CONTRATUAL

Caso haja rescisão por qualquer das partes, observados os direitos da administração previstos na Lei 14.133/2021.

Abadia dos Dourados, 17 de abril de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula

Servidora responsável pela elaboração do Termo de Referência pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: _____

Paulo Henrique Gonçalves de Melo

Secretário Municipal de Serviços Urbanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ANEXO II – MINUTA CONTRATO

MINUTA CONTRATO N.º ____/2026.

Modalidade: Dispensa eletrônica n.º 06/2026

Processo Licitatório n.º 037/2026

Tipo: Menor Preço Global

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o município de Abadia dos Dourados-MG, com sede a rua Dr. Calil Porto, 380, centro, Abadia dos Dourados-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.593.111/0001-14, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Ciro Luiz da Silva Junior, devidamente autorizado pela Lei Orgânica do Município artigo 70, inciso VIII, e com base na Dispensa eletrônica n.º ____/2026, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, sediada na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na Cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, convencionam Contratação de empresa para fornecimento de sinal de internet, conforme Termo de Referencia, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

1.1 - O presente instrumento contratual decorre da Dispensa Eletronica n.º 06/2026, do tipo Menor Preço Global, atendendo o disposto na Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 10.892 de 28 de Dezembro de 2.023.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Instrumento Contratual para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de extensão de rede em Rede de Distribuição Urbana (RDU), com instalação de postes e implantação de iluminação pública nas vias Rua Sebastião Alves Assunção e Rua Antônio Teodoro da Silva, bem como para a modificação da rede elétrica com instalação de 01 (um) transformador de 37,5 kVA, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde em construção no Distrito de Capão da Cruz, no município de Abadia dos Dourados/MG, conforme Projeto Básico

2.2 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Terceira - Normas de entrega

3.1- Após a homologação do processo licitatório a licitante vencedora terá o prazo máximo de cinco dias, contados do recebimento do Termo de Convocação, para assinar o contrato sob pena de decadência do direito de ser contratada e a aplicação das sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

3.2– A fiscalização do contrato ficará a cargo do (a) servidor(a) municipal Sr(a) Regiane de Fátima Almeida _____, conforme Portaria n. 01/2026, de 05 de janeiro de 2026.

3.2.1 - Por este Decreto ficou designado como gestor de contratos, o servidor Ana Luiza Cenisio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823.

3.3- O prazo de assinatura poderá ser prorrogado por igual período desde que formalmente justificado pela licitante e aceito pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.

3.4 - A licitante vencedora obrigará-se a manter, até a data de pagamento todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

3.5- O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.6- Ocorrendo frete o mesmo correrá por conta da licitante vencedora.

3.7- Os serviços deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal Solicitante.

Cláusula Quarta - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 - As detentoras do presente contrato serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

4.2 - Se a qualidade dos serviços entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital de dispensa que precedeu o presente Contrato, a contratada será notificada para substituição e/ou correção, no prazo máximo de cinco dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.3 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante autorização da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, e-mail, ordem de Fornecimento, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

4.4 - Os serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso.

4.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

Cláusula Quinta - Preço e Forma de Pagamento

5.1 - PREÇO - O preço da presente atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):

5.2 - VALOR GLOBAL - O valor global para aquisição do presente objeto é de R\$ _____
(_____).

5.3 - FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante emissão de nota fiscal e atestado de recebimento pela Secretaria competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Cláusula Sexta - Prazo de Vigência do Contrato

6.1 - O Prazo de vigência do presente contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Parágrafo Único: Caso haja interesse entre as partes, o presente contrato poderá ser renovado mediante termo aditivo, nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

7.1- O valor mensal contratado será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.

Cláusula Oitava - Recursos Orçamentários

8.1 – Os recursos são constantes da dotação orçamentária: Ficha 392 – Fonte 1501 – dotação 020100001545225031052449051 – Ampliação rede iluminação pública – Obras e instalações. Ficha: 392 – Fonte 1700 – Dotação - 020100001545225031052449051 Ampliação rede iluminação pública – Obras e instalações.

Cláusula Nona - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 DA CONTRATADA:

Além das obrigações já mencionadas supra e no Projeto Básico, a contratada ficará obrigada a:

9.1.1 Executar integralmente o objeto do Contrato, tal como especificado no Edital e em seus Anexos;

9.1.2 Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança no trabalho;

9.1.3 Entregar os serviços com qualidade e dentro do prazo de entrega estipulado pelo Termo de Referência;

9.1.4 Comunicar imediatamente a esta prefeitura caso haja alguma alteração e/ou descontinuidade de algum serviço hora licitado;

9.1.6 Obedecer à legislação vigente;

9.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.8 Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pela contratante, os serviços que a juízo da fiscalização tenham sido mal executados;

9.1.9 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.10 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.12 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.14 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.15 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.22 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.23 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.25 Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;

9.1.26 Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

9.1.27 A empresa contratada será responsável pelos encargos decorrentes como transporte (deslocamento e trabalho em campo), alimentação, hospedagem, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras eventualmente incidentes, e todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo município, e estas despesas devem ser contempladas na proposta financeira;

9.1.28 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.29 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.30 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.31 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.32 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.33 A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço;

9.1.34 A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, o protocolo de encaminhamento dos projetos junto à concessionária de energia elétrica, quando aplicável;

9.1.35 A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a aprovação dos projetos pela concessionária, quando exigido;

9.1.36 A contratada deverá concluir integralmente a execução do objeto no prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço;

9.1.37 A contratada deverá executar os serviços em conformidade com os projetos técnicos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo, observando rigorosamente as especificações estabelecidas pela Administração;

9.1.38 A contratada deverá cumprir integralmente as normas técnicas da ABNT, os padrões da concessionária de energia elétrica e demais legislações aplicáveis à execução de serviços em redes de distribuição urbana;

9.1.39 A contratada deverá providenciar o protocolo, acompanhamento e aprovação dos projetos junto à concessionária de energia elétrica, responsabilizando-se pelo atendimento de todas as exigências técnicas até a liberação para execução e energização;

9.1.40 A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte e mão de obra necessários à completa execução do objeto, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais;

9.1.41 A contratada deverá utilizar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes;

9.1.42 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com registro no CREA e emissão da respectiva ART;

9.1.43 A contratada deverá assegurar que toda a mão de obra empregada seja qualificada e capacitada para a execução dos serviços, observando as boas práticas de engenharia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

9.1.44 A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs), garantindo a integridade física de seus trabalhadores e de terceiros;

9.1.45 A contratada deverá providenciar a sinalização adequada das áreas de intervenção, garantindo a segurança dos usuários das vias públicas e a organização do tráfego local;

9.1.46 A contratada deverá executar os serviços de forma a garantir a compatibilidade com a rede elétrica existente, evitando interrupções indevidas no fornecimento de energia;

9.1.47 A contratada deverá realizar todos os testes, ensaios, comissionamento e demais verificações necessárias ao pleno funcionamento do sistema implantado;

9.1.48 A contratada deverá assegurar que a energização da rede ocorra em conformidade com as exigências da concessionária e normas técnicas aplicáveis;

9.1.49 A contratada deverá substituir, às suas expensas, materiais recusados ou refazer serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou outro prazo definido pela fiscalização;

9.1.50 A contratada deverá manter o local dos serviços limpo e organizado durante toda a execução, promovendo, ao final, a completa limpeza e recomposição das áreas afetadas;

9.1.51 A contratada deverá promover a correta gestão dos resíduos gerados, garantindo destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente;

9.1.52 A contratada deverá permitir e facilitar o acesso da fiscalização aos locais de execução, prestando todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às determinações;

9.1.53 A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no âmbito da execução contratual.

9.2 - DA CONTRATANTE:

Além das obrigações já mencionadas supra e no Projeto Básico, a contratante ficará obrigada a:

9.2.1- Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo entregues de forma satisfatória;

9.2.2- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços fornecidos;

9.2.3- Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital.

Cláusula Decima – Do Frete

10.1 – Ocorrendo frete o mesmo correrá por conta da proponente vencedora.

Clausula Décima Primeira- Modificações e Aditamentos

11.1 - Qualquer modificação de forma qualidade, quantidade (redução ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinada pela CONTRATANTE através de aditamento, atendidas as disposições previstas na Lei 14.133/2021.

Cláusula Décima Segunda - Sanções

12.1 – Em casos de atraso injustificado na entrega dos serviços, inexecução parcial ou total das condições pactuadas e também em casos de má-fé quanto à descrição do objeto licitado, garantida prévia defesa, ficará a licitante vencedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Aplicação do disposto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Cláusula Décima Terceira - Rescisão Contratual

13.1 – Caso haja rescisão por qualquer das partes, observados os direitos da administração previstos na Lei 14.133/2021.

Clausula Décima Quarta - Dos Casos Omissos

14.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 14.133/2021 e, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

Clausula Décima Quinta - Do Foro

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Coromandel/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Abadia dos Dourados-MG, ____ de _____ de 2.026.

Ciro Luiz da Silva Junior
Contratante

Contratada –

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: